



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**TAYSA FERREIRA MARQUES**

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS  
E ADULTOS: entre invisibilidades, apagamentos e resistências**

Maceió – AL  
2026

TAYSA FERREIRA MARQUES

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS  
E ADULTOS: entre invisibilidades, apagamentos e resistências**

Artigo científico apresentado ao Colegiado do  
Curso de Pedagogia do Centro de Educação da  
Universidade Federal de Alagoas como  
requisito parcial para obtenção da nota final do  
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador: Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues  
Figueiredo

TAYSA FERREIRA MARQUES

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS  
E ADULTOS:** entre invisibilidades, apagamentos e resistências

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

**Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 19/ 06/ 2026.**

**Orientador:** Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo (CEDU/UFAL)

**Comissão Examinadora**

Documento assinado digitalmente  
 **ALLAN DIEGO RODRIGUES FIGUEIREDO**  
Data: 19/06/2026 17:17:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo (CEDU/UFAL)  
Presidente

Documento assinado digitalmente  
 **ABDIZIA MARIA ALVES BARROS**  
Data: 19/06/2026 17:51:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Abdízia Maria Alves Barros (CEDU/UFAL)  
2º. Membro

Documento assinado digitalmente  
 **LILLIAN FRANCIELE SILVA FERREIRA**  
Data: 19/06/2026 17:36:14-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Líllian Franciele Silva Ferreira (CEDU/UFAL)  
3º. Membro

# ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: entre invisibilidades, apagamentos e resistências

Taysa Ferreira Marques  
[taysa.marques@cedu.ufal.br](mailto:taysa.marques@cedu.ufal.br)  
Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo  
[allan.figueiredo@cedu.ufal.br](mailto:allan.figueiredo@cedu.ufal.br)

## RESUMO

A presente pesquisa teve como problemática compreender como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem sido constituído e discutido na Educação de Jovens e Adultos no contexto escolar brasileiro. O estudo teve como objetivo analisar a produção científica acerca do AEE na EJA, no período de 2015 a 2025. O percurso metodológico foi de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, desenvolvida por meio de um mapeamento da produção científica disponível no Portal de Periódicos da CAPES. Foram selecionados e analisados dez artigos que abordam a interface entre Educação Especial e EJA, considerando critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Os resultados revelaram a escassez de estudos sobre a temática, a persistência de processos de invisibilização e apagamento dos/as estudantes público-alvo da Educação Especial na EJA, a fragilidade da articulação entre políticas públicas e práticas pedagógicas e a permanência de concepções assistencialistas e infantilizadoras. As produções analisadas apontam, contudo, possibilidades de fortalecimento da educação inclusiva por meio da formação docente, da flexibilização curricular, do trabalho colaborativo entre profissionais da EJA e do AEE e da ampliação das pesquisas sobre a temática. Conclui-se que a efetivação do direito à educação inclusiva na EJA exige maior visibilidade acadêmica, fortalecimento das políticas públicas e práticas pedagógicas comprometidas com a participação, a autonomia e a dignidade dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Atendimento Educacional Especializado; Educação Inclusiva; Direito à Educação.

## ABSTRACT

This research sought to understand how Specialized Educational Support (AEE) has been structured and discussed within Youth and Adult Education (EJA) in the Brazilian school context. The study aimed to analyze scientific literature regarding AEE in EJA from 2015 to 2025. Methodologically, this was a qualitative study of a bibliographic and documentary nature, conducted by mapping scientific output available on the CAPES Journal Portal. Ten articles addressing the intersection of Special Education and EJA were selected and analyzed based on pre-established inclusion and exclusion criteria. The results revealed a scarcity of studies on the subject, the persistence of processes that render students targeted by Special Education in EJA invisible or erased, weak coordination between public policies and pedagogical practices, and the enduring presence of welfare-oriented and infantilizing perspectives. However, the analyzed literature points to possibilities for strengthening inclusive education through teacher training, curricular flexibility, collaborative work between EJA and AEE professionals, and expanded research on the topic. The study concludes that realizing the right to inclusive education in EJA requires greater academic visibility, the strengthening of public policies, and pedagogical practices committed to the participation, autonomy, and dignity of the individuals involved.

**Keywords:** Youth and Adult Education; Specialized Educational Support; Inclusive Education; Right to Education.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) ocupa um lugar importante na história da educação brasileira, sobretudo por acolher sujeitos que tiveram seus percursos escolares interrompidos por diferentes formas de desigualdade social. São jovens, adultos e idosos que, por motivos relacionados ao trabalho, à pobreza, às violências sociais, às responsabilidades familiares e às múltiplas exclusões vividas ao longo da vida, não conseguiram acessar ou permanecer na escola em idade considerada regular (Arroyo, 2017). Nesse sentido, a EJA representa muito mais do que uma modalidade de ensino. Ela se constitui como espaço de retomada de sonhos, reconstrução de trajetórias, reafirmação do direito à educação e a possibilidade de se pensar a educação como um fenômeno que atravessa a vida inteira dos cidadãos/ãs.

Ao pensar os sujeitos que compõem a EJA, torna-se necessário reconhecer que muitos deles também são pessoas público-alvo da Educação Especial, considerando a diversidade que os constitui. Jovens e adultos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 1996) têm chegado à modalidade trazendo consigo histórias marcadas não apenas pela exclusão escolar, mas também pela invisibilidade produzida historicamente pelas políticas educacionais brasileiras.

Essa realidade revela a existência de uma interface entre a EJA e a Educação Especial (EE), ainda pouco discutida no campo acadêmico e frequentemente silenciada nas práticas escolares. Nesta perspectiva, a presente pesquisa partiu da problemática: Como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem sido constituído na Educação de Jovens e Adultos no contexto escolar brasileiro? Com isso, delineou-se como objetivo analisar como o Atendimento Educacional Especializado vem sendo discutido na Educação de Jovens e Adultos no contexto escolar brasileiro, considerando a produção científica (2015-2025). Como objetivos específicos, foram definidos: a) Discutir os fundamentos teóricos da Educação Especial na interface com a Educação de Jovens e Adultos; b) Identificar a oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação de Jovens e Adultos; c) Compreender as possibilidades de inclusão na interface entre Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, tendo em vista o Atendimento Educacional Especializado.

A realização desta pesquisa justifica-se, em primeiro lugar, por motivações de ordem pessoal e profissional relacionadas ao compromisso com o campo da Educação Especial na perspectiva inclusiva, o que tem demonstrado a necessidade de ampliar a compreensão acerca das condições de acesso, permanência e aprendizagem dos/as estudantes público-alvo da

Educação Especial que frequentam a EJA. Do ponto de vista social, o estudo apresenta-se relevante por problematizar uma temática historicamente invisibilizada nas políticas e práticas educacionais, contribuindo para o fortalecimento do direito à educação ao longo da vida e para a construção de processos educativos inclusivos, democráticos e comprometidos com a valorização das diferenças humanas. Em sua dimensão acadêmica, a pesquisa busca dialogar com uma lacuna ainda existente na produção científica brasileira, uma vez que os estudos sobre o AEE na EJA permanecem escassos quando comparados às investigações desenvolvidas no âmbito do ensino regular.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No segundo capítulo, apresenta-se o percurso metodológico da pesquisa, explicitando a abordagem adotada, os procedimentos de levantamento e análise dos dados, bem como os critérios utilizados para a seleção das produções científicas investigadas. O terceiro capítulo desenvolve uma reflexão teórica sobre a interface entre a EJA e a Educação Especial no Brasil, abordando suas trajetórias históricas, os processos de exclusão e negação de direitos que marcaram a constituição dessas modalidades e os avanços promovidos pelas políticas educacionais inclusivas. No quarto capítulo, são analisados os artigos selecionados para a pesquisa, buscando compreender como o AEE tem sido discutido na EJA e apresentando os desafios, silenciamentos e apagamentos presentes na produção acadêmica sobre a temática. O quinto capítulo apresenta reflexões acerca das resistências e das possibilidades de construção de uma educação inclusiva na EJA, dialogando com os resultados encontrados e com os referenciais teóricos que fundamentam o estudo. Por fim, nas considerações finais, são retomadas as principais discussões desenvolvidas ao longo da pesquisa, destacando-se os achados do estudo, suas contribuições para o campo educacional e as perspectivas para futuras investigações sobre a interface entre Educação Especial e EJA.

## **2 PERCURSO METODOLÓGICO**

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, na perspectiva de um mapeamento da produção científica. O objetivo consistiu em mapear e analisar as produções acadêmicas que discutem a interface entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto escolar brasileiro. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se por possibilitar a compreensão dos significados, tendências, lacunas e perspectivas presentes nos estudos produzidos sobre determinada

temática, permitindo uma análise mais aprofundada dos fenômenos investigados (Minayo, 2012). A pesquisa bibliográfica constitui um importante procedimento metodológico para a construção do conhecimento científico, pois possibilita ao pesquisador estabelecer diálogo crítico com a produção já existente, identificar categorias analíticas, compreender conceitos e reconhecer tendências presentes em determinado campo de investigação (Lima; Mioto, 2007).

A investigação foi realizada a partir do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), reconhecido como uma das principais bases de dados científicas do país. O recorte temporal compreendeu o período entre os anos de 2015 e 2025, abrangendo uma década de produção acadêmica. A delimitação desse intervalo buscou contemplar os desdobramentos mais recentes das políticas de Educação Especial na perspectiva inclusiva e seus impactos na Educação de Jovens e Adultos, especialmente após a consolidação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e da ampliação das discussões sobre o direito à educação das pessoas com deficiência.

Para a realização das buscas foram utilizados os seguintes descritores e suas combinações: “Educação de Jovens e Adultos e Atendimento Educacional Especializado”, “Educação de Jovens e Adultos e Apoio Educacional Especializado”, “Atendimento Educacional Especializado e Educação de Jovens e Adultos”, bem como os termos “EJA e AEE”. A utilização de diferentes combinações teve como finalidade ampliar o alcance da busca e identificar o maior número possível de estudos relacionados ao objeto investigado.

Após o levantamento inicial, os trabalhos encontrados passaram por um processo de seleção desenvolvido em três etapas. Inicialmente, realizou-se a leitura dos títulos; em seguida, procedeu-se à leitura dos resumos; e, por fim, foi realizada a leitura integral dos textos considerados pertinentes à pesquisa. Esse processo permitiu refinar o corpus de análise e assegurar maior rigor metodológico na constituição do conjunto documental investigado.

Foram definidos como critérios de inclusão: a) artigos científicos publicados entre os anos de 2015 e 2025; b) estudos que abordassem diretamente a relação entre Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial; c) pesquisas que apresentassem discussões sobre o Atendimento Educacional Especializado, apoio especializado ou escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial na EJA; e d) produções disponíveis integralmente para consulta. Por outro lado, foram estabelecidos como critérios de exclusão: a) estudos voltados exclusivamente para a Educação Especial sem articulação com a EJA; b) pesquisas referentes à Educação Infantil ou ao ensino regular sem menção à modalidade EJA; c) trabalhos sem

acesso ao texto completo; e d) publicações que apenas mencionassem inclusão escolar de maneira superficial, sem desenvolver análise específica sobre a temática investigada.

Constituído o corpus documental, procedeu-se à leitura exploratória e à análise sistemática dos artigos selecionados. Em um primeiro momento, realizou-se uma leitura flutuante dos textos, buscando identificar aspectos gerais das produções, seus objetivos, referenciais teóricos, metodologias e principais resultados. Posteriormente, desenvolveu-se uma leitura analítica orientada pelas categorias centrais da pesquisa, especialmente as relacionadas à EJA, à Educação Especial e ao Atendimento Educacional Especializado. Nessa etapa, buscou-se compreender como os estudos abordavam os desafios, as possibilidades, os silenciamentos e as contribuições da oferta do AEE para estudantes público-alvo da Educação Especial matriculados na EJA.

A análise dos dados foi inspirada nos pressupostos da análise de conteúdo, compreendida como um conjunto de técnicas que possibilita a interpretação sistemática dos significados presentes nos documentos investigados (Bardin, 2016). Desse modo, procurou-se identificar recorrências temáticas, categorias emergentes, lacunas investigativas e tendências presentes na produção acadêmica sobre a interface entre Educação Especial e EJA.

### **3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DE EXCLUSÃO E NEGAÇÃO DE DIREITOS**

#### **3.1 A constituição histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil está profundamente vinculada aos processos históricos de exclusão social e educacional que marcaram a formação da sociedade brasileira. Ao longo do tempo, a educação destinada aos sujeitos que não tiveram acesso à escolarização na idade regular assumiu diferentes significados, transitando entre ações assistencialistas, estratégias de formação para o trabalho e perspectivas voltadas à emancipação humana e à garantia de direitos (Arroyo, 2017).

As primeiras iniciativas de educação de adultos remontam ao período colonial, quando os jesuítas associavam alfabetização e catequese (Paiva, 2003). Entretanto, a escolarização permaneceu restrita a grupos privilegiados, excluindo grande parte da população pobre, negra, indígena e trabalhadora. No século XIX, a vinculação entre alfabetização e cidadania tornou-se mais evidente, especialmente após a Lei Saraiva (1881), que restringiu o direito ao voto aos

alfabetizados (Xavier, 2019).

Durante o século XX, o avanço da urbanização e da industrialização ampliou a preocupação com a alfabetização da população adulta. A partir da década de 1940, o analfabetismo passou a ser tratado como problema nacional, resultando na criação de campanhas governamentais, como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Nas décadas de 1950 e 1960, movimentos de educação popular, como o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB) e as experiências de Paulo Freire, passaram a defender uma educação crítica, articulada à participação social e à transformação da realidade (Haddad; Di Piero, 2000).

Nesse contexto, a contribuição de Freire tornou-se decisiva para a constituição de uma concepção própria de educação de adultos no Brasil. Sua proposta pedagógica, fundamentada no diálogo, na problematização da realidade e na articulação entre leitura da palavra e leitura do mundo, rompeu com práticas alfabetizadoras mecânicas e descontextualizadas (Figueiredo; Silva, 2019). A experiência de Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963, tornou-se referência nacional e internacional, demonstrando que a alfabetização de adultos poderia ser um processo de conscientização, participação política e emancipação humana (Freire, 2021; Paiva, 2003).

O golpe civil-militar de 1964 interrompeu grande parte dessas iniciativas, substituindo-as por políticas centralizadas, como o MOBRAL, frequentemente criticado por sua limitada efetividade pedagógica (Soares, 2008). Com a redemocratização, a EJA voltou a ser compreendida como direito social, perspectiva consolidada pela Constituição Federal de 1988, um avanço decisivo ao afirmar a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, consolidou a EJA como modalidade da Educação Básica. Em seus artigos 37 e 38, a LDB estabelece que a EJA se destina àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio na idade própria, assegurando formas específicas de oferta, organização curricular e certificação (Brasil, 1996).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (2000) e, mais recentemente, as Diretrizes Operacionais Nacionais para a EJA (2025) reforçaram a necessidade de propostas pedagógicas que respeitem as trajetórias, saberes e necessidades dos jovens, adultos e idosos. Apesar dos avanços, a modalidade ainda enfrenta desafios relacionados à evasão, à precarização da oferta e à baixa prioridade nas políticas educacionais, sobretudo, aquelas que dizem respeito à inclusão de pessoas com deficiências que estão na EJA.

### **3.2 O direito à educação como direito humano**

A educação é reconhecida internacionalmente como direito humano fundamental desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Mais do que garantir acesso à escola, esse direito envolve condições de permanência, participação, aprendizagem e desenvolvimento humano (ONU, 1948). No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Entretanto, a garantia formal do direito à educação não assegura, por si só, sua efetivação concreta. Conforme observa Arroyo (2017), a história da educação brasileira é marcada por processos de exclusão que atingem especialmente os grupos socialmente vulnerabilizados, entre eles trabalhadores, populações do campo, pessoas negras, indígenas, jovens em situação de pobreza e pessoas com deficiência. Nesse sentido, o reconhecimento jurídico do direito à educação convive com profundas desigualdades que limitam o acesso, a permanência e o sucesso escolar de parcela significativa da população.

Quando se observa a interface entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Especial, os desafios tornam-se ainda mais evidentes, considerando que há muitos estudantes público-alvo da Educação Especial que encontram obstáculos relacionados à acessibilidade física, pedagógica e comunicacional, à insuficiência de recursos didáticos adaptados, à fragilidade da articulação entre escola e família e à limitada formação dos profissionais para o atendimento das especificidades desses sujeitos. Como destaca Mantoan (2015), a inclusão escolar não se resume à matrícula dos/as estudantes na escola regular, mas exige transformações estruturais, pedagógicas e culturais que assegurem sua participação efetiva nos processos educativos.

A defesa da educação como direito humano também encontra respaldo nas reflexões de Freire (2021), para quem a educação constitui uma prática de liberdade e um instrumento de humanização. Segundo o autor, negar a determinados grupos o acesso ao conhecimento significa reforçar estruturas de opressão e exclusão social. Nessa perspectiva, o direito à educação deve ser compreendido como parte do processo de construção da autonomia, da participação social e da emancipação dos sujeitos.

Outro importante documento que reforça a garantia do direito à educação para jovens, adultos e idosos é a Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. O documento reconhece a EJA como modalidade destinada a assegurar o direito à Educação Básica e estabelece que os sistemas de ensino devem organizar suas propostas pedagógicas considerando a diversidade

dos sujeitos atendidos. As diretrizes preveem currículos flexíveis, diferentes formas de organização escolar e estratégias que favoreçam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos/as estudantes, incluindo aqueles com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2025).

### **3.3 Políticas de Educação Especial na perspectiva inclusiva**

A Educação Especial constitui uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação brasileira, destinada a assegurar recursos, serviços e estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso, a participação, a aprendizagem e a permanência dos/as estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), a Educação Especial é definida como uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, destinada aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996). Essa concepção representa uma ruptura com modelos historicamente segregadores, que compreendiam a deficiência como condição justificadora da separação dos/as estudantes em instituições ou classes especiais.

Nesse sentido, a educação inclusiva emerge como um paradigma educacional fundamentado nos princípios dos direitos humanos, da equidade e do reconhecimento da diversidade. Diferentemente das perspectivas integracionistas, que atribuíam ao estudante a responsabilidade de adaptar-se à escola, a educação inclusiva pressupõe a transformação dos sistemas educacionais para acolher a diversidade humana em suas múltiplas expressões. Conforme argumenta Mantoan (2015), a inclusão escolar não consiste apenas em garantir o acesso físico à escola, mas em promover mudanças estruturais, pedagógicas e culturais que assegurem a participação efetiva de todos/as os/as estudantes nos processos de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, a diferença deixa de ser compreendida como problema e passa a ser reconhecida como elemento constitutivo da experiência educativa.

No Brasil, a consolidação das políticas de Educação Especial na perspectiva inclusiva resulta de um longo processo histórico de reivindicações dos movimentos sociais, das pessoas com deficiência e de suas famílias. Um marco importante nesse percurso foi a Declaração de Salamanca, de 1994, elaborada pela UNESCO, que defendeu o princípio de que todas as crianças e jovens devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente de suas

condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou culturais (UNESCO, 1994). Esse documento influenciou significativamente a formulação das políticas educacionais brasileiras nas décadas seguintes.

Assim, as políticas de Educação Especial na perspectiva inclusiva representam importantes avanços na garantia do direito à educação, ao deslocarem o foco da deficiência para as barreiras presentes nos contextos sociais e educacionais. Ao reconhecer a diversidade como princípio constitutivo da escola democrática, essas políticas fortalecem a construção de sistemas educacionais mais justos e equitativos. No caso da EJA, esse compromisso torna-se ainda mais significativo, pois implica assegurar que jovens, adultos e idosos público-alvo da Educação Especial tenham garantidos não apenas o acesso à escola, mas também sua permanência, aprendizagem e participação plena, reafirmando que cada sujeito possui potencialidades, saberes e histórias que precisam ser reconhecidos e valorizados no processo educativo (Haas, 2024).

### **3.4 A presença crescente de estudantes público-alvo da Educação Especial na EJA e as tensões entre acesso, permanência e aprendizagem**

Nas últimas décadas, a ampliação das políticas de democratização do acesso à educação e o fortalecimento das políticas de inclusão escolar contribuíram para tornar mais visível a presença de estudantes público-alvo da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse movimento está relacionado tanto ao reconhecimento da educação como direito humano fundamental quanto à ampliação das garantias legais asseguradas às pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Como resultado, um número crescente de sujeitos que historicamente tiveram suas trajetórias escolares interrompidas ou inviabilizadas passou a acessar a EJA como possibilidade de continuidade dos estudos e de exercício do direito à educação (Brasil, 2008; 2015).

Todavia, a presença desses/as estudantes na modalidade revela as contradições históricas que atravessam simultaneamente a EJA e a Educação Especial. Ambas compartilham trajetórias marcadas pela marginalização nas políticas educacionais e pelo tratamento secundário no interior dos sistemas de ensino. Conforme observam Di Pierro (2005) e Arroyo (2017), a EJA historicamente tem sido destinada aos sujeitos excluídos dos processos regulares de escolarização, constituindo-se como espaço de acolhimento de populações marcadas por diferentes formas de vulnerabilidade social. Entre esses sujeitos encontram-se pessoas com deficiência que, além das barreiras sociais e econômicas, enfrentaram processos de exclusão

decorrentes do capacitismo, da segregação institucional e da ausência de políticas inclusivas.

A crescente presença de estudantes público-alvo da Educação Especial na EJA pode ser compreendida como resultado das transformações promovidas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que ampliou o acesso desses/as estudantes às classes comuns do ensino regular. Contudo, muitos/as estudantes que ingressaram na escola ao longo desse processo acumularam trajetórias marcadas por retenções sucessivas, interrupções da escolarização, distorção idade-série e dificuldades de acesso aos recursos de apoio necessários para sua aprendizagem. Em muitos casos, a EJA passou a representar uma alternativa para a continuidade dos estudos após percursos escolares atravessados por experiências de fracasso, exclusão ou invisibilização (Haas; Baptista, 2019).

Nesse contexto, torna-se necessário problematizar a ideia de que o simples acesso à escola seja suficiente para garantir o direito à educação. Conforme argumenta Mantoan (2015), a inclusão escolar não pode ser reduzida à matrícula dos/as estudantes nos sistemas de ensino. O direito à educação pressupõe condições efetivas de participação, aprendizagem e desenvolvimento. Assim, embora os avanços legislativos tenham ampliado o acesso das pessoas com deficiência à escola, permanecem desafios relacionados à permanência e ao sucesso escolar, especialmente quando se considera o contexto da EJA.

A permanência dos/as estudantes público-alvo da Educação Especial na modalidade é atravessada por múltiplos fatores. Muitos jovens, adultos e idosos enfrentam dificuldades relacionadas ao trabalho, ao transporte, às condições socioeconômicas e às responsabilidades familiares. Quando essas condições se articulam à deficiência, às barreiras arquitetônicas, comunicacionais e pedagógicas, os obstáculos à continuidade dos estudos tornam-se ainda mais complexos. Glat e Pletsch (2012) destacam que a permanência escolar depende não apenas da existência de políticas de acesso, mas também da capacidade das instituições de ensino de responder às necessidades específicas dos/as estudantes por meio de práticas pedagógicas inclusivas e de apoios adequados.

#### **4 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EJA: DESAFIOS, SILENCIAMENTOS E APAGAMENTOS NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS**

Nesta seção do trabalho será apresentado um mapeamento bibliográfico realizado a partir do Portal de Periódicos da CAPES, considerando o recorte temporal compreendido entre os anos de 2015 e 2025. A delimitação desse período justifica-se pela necessidade de

compreender os desdobramentos mais recentes das políticas de educação inclusiva no Brasil e seus impactos na modalidade Educação de Jovens e Adultos, especialmente após a consolidação das discussões em torno da perspectiva inclusiva da Educação Especial. O mapeamento objetiva analisar as produções acadêmicas que discutem a interface entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Apoio/Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto escolar brasileiro.

O estudo parte da compreensão de que, por meio da investigação das produções no período citado, é possível identificar movimentos, recorrências, silenciamentos e tendências presentes na produção científica acerca do tema em tela, além de possibilitar uma melhor compreensão sobre como determinados sujeitos e experiências têm sido produzidos discursivamente na pesquisa educacional.

**Quadro 01** – Lista de artigos que discutem a interface entre EJA e AEE no Brasil

| <b>Título do artigo</b>                                                                                                                                         | <b>Autor (a)</b>                                                                                                    | <b>Periódico</b>                                                                                                                                            | <b>Ano da publicação</b> | <b>Link do artigo</b>                                                                                                                       |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Educação de jovens e adultos e educação especial: a (re) invenção da articulação necessária entre as áreas                                                      | Clarissa Haas                                                                                                       | UFSM-Educação, v. 40, n. 2, maio/ago. 2015 / DOI: <a href="https://doi.org/10.5902/198464449038">https://doi.org/10.5902/198464449038</a>                   | 2015                     | <a href="https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/9038">https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/9038</a>               |
| Educação especial e educação de jovens e adultos: uma interface em construção?                                                                                  | - Rosângela Martins Cabral<br>- Luciane Guimarães Batistella Bianchini<br>- Taisa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves | Revista Educação Especial, v. 31, n. 62, jul./set. 2018 DOI: <a href="https://doi.org/10.5902/1984686X30841">https://doi.org/10.5902/1984686X30841</a>      | 2018                     | <a href="https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/30841">https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/30841</a> |
| O desenvolvimento adulto do sujeito deficiente intelectual e a relação com a Educação para Jovens e Adultos (EJA): uma análise, a partir da perspectiva docente | - Rita de Cássia da Silva Oliveira<br>- Olga Mara Bueno                                                             | Revista Educação Especial, v. 32, 2019 – Publicação Contínua DOI: <a href="https://doi.org/10.5902/1984686X30203">https://doi.org/10.5902/1984686X30203</a> | 2019                     | <a href="https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/30203">https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/30203</a> |
| Educação de Jovens e Adultos na Perspectiva da Inclusiva/Especial: o que ensinar e para quê ensinar                                                             | - Charlton Wilton Vasconcelos de Araújo                                                                             | Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação DOI: <a href="https://doi.org/10.5902/1984686X30203">https://doi.org/10.5902/1984686X30203</a>  | 2021                     | <a href="https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1181">https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1181</a>                   |

|                                                                                                                  |                                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                          |      |                                                                                                                                                                                                                                               |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Educação de jovens e adultos e educação especial no contexto da educação inclusiva: confluências                 | -Giovana Cerqueira Lopes<br>-Lucília Augusta Lino                                                                                                          | Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 05, Vol. 03, pp. 46-72. Maio de 2021<br>DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/inclusiva-confluencias                | 2021 | <a href="https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/inclusiva-confluencias">https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/inclusiva-confluencias</a>                                                                                 |
| A interseccionalidade dos estudos da EJA, Educação inclusiva e Formação Docente: um estado do conhecimento       | -Rayssa Maria Anselmo de Brito<br>-Eduardo Jorge Lopes da Silva                                                                                            | Revista Educação Especial<br>DOI: 10.5902/1984686X                                                                                                                                                       | 2021 | <a href="https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/63606">https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/63606</a>                                                                                                   |
| Educação Inclusiva: olhares sobre estudantes da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos                | -Wesley Oliveira Luiz<br>-Ricardo Antônio Gonçalves Teixeira<br>-Iransé Oliveira-Silva                                                                     | Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science,<br>DOI: <a href="https://doi.org/10.21664/2238-8869.2021v10i1.p180-204">https://doi.org/10.21664/2238-8869.2021v10i1.p180-204</a> | 2021 | <a href="https://doi.org/10.21664/2238-8869.2021v10i1.p180-204">EDUCAÇÃO INCLUSIVA: olhares sobre estudantes da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos   Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science</a> |
| Educação de Jovens e Adultos: desafios à educação inclusiva                                                      | -Olga Mara Bueno<br>-Rita de Cássia da Silva Oliveira                                                                                                      | Revista Teias • v. 25 • n. 77 • abr./jun. 2024<br>DOI: 10.12957/teias.2014.81564                                                                                                                         | 2024 | <a href="https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/81564/50122">https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/81564/50122</a>                                                                                 |
| A educação de jovens e adultos e o atendimento educacional especializado: o que dizem as pesquisas (2018 -2023)? | -Robéria Vieira Barreto Gomes<br>-Alexia Jorge de Sousa Araújo<br>-Ademárcia Lopes de Oliveira Costa<br>-Heloisa Fonseca Barbosa<br>-Bárbara de Sousa Lima | Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales<br>DOI: <a href="https://doi.org/10.55905/revconv.17n.13-505">https://doi.org/10.55905/revconv.17n.13-505</a>                                             | 2024 | <a href="https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/14108">https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/14108</a>                                                                         |
| Transversalidade da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos: desafios para a efetiva inclusão escolar  | Clarisa Haas                                                                                                                                               | Momentos e Diálogos em Educação Revista do Programa de Pós-graduação em Educação<br>DOI: <a href="https://doi.org/10.14295/momento.v33i2.17341">https://doi.org/10.14295/momento.v33i2.17341</a>         | 2024 | <a href="https://periodicos.furg.br/momento/article/view/17341">https://periodicos.furg.br/momento/article/view/17341</a>                                                                                                                     |

Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

A partir da análise dos artigos foi possível verificar que os/as autores/as demonstraram que a Educação Especial na EJA na perspectiva inclusiva tem sido ofertada em suas publicações de modo a abarcar diversos aspectos, dentre eles a interseccionalidade entre AEE e EJA, o atendimento educacional especializado, articulação pedagógica, normativas legais e dignidade dos sujeitos público-alvo.

Haas (2015) analisa o isolamento entre EJA e Educação Especial, destacando a falta de articulação pedagógica que marginaliza o aluno jovem e o adulto com deficiência. A autora defende a articulação entre EJA e Educação Especial no Brasil para combater o histórico de abandono e descaracterização do aluno adulto com deficiência. O artigo argumenta, também, que a escola deve evitar a infantilização e o acolhimento sem suporte pedagógico, focando em práticas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que promovam autonomia e respeitem a condição adulta do sujeito. O texto fundamenta a análise da invisibilidade institucional causada pela falta de integração prática entre as duas modalidades educacionais.

Em artigo posterior, Haas (2024) aponta que, apesar das diretrizes de inclusão, há um predomínio de matrículas de estudantes da Educação Especial em espaços segregados na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os desafios centrais envolvem a necessidade de acessibilidade curricular prática na rede regular. Alguns pressupostos apresentados pela autora em seus artigos requerem atenção. A integração entre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode contribuir para a superação das barreiras que dificultam o pleno desenvolvimento do público-alvo da Educação Especial, além de favorecer a efetivação dos processos inclusivos. Isso ocorre porque o/a estudante atendido/a no AEE tem a possibilidade de desenvolver habilidades e estratégias que podem facilitar sua aprendizagem, adaptação e permanência na EJA. Nesse processo, é fundamental evitar a infantilização dos/as estudantes com deficiência por meio da utilização de recursos pedagógicos inadequados à sua faixa etária. Portanto, devem ser consideradas a idade cronológica, as experiências acumuladas e a trajetória de vida desses sujeitos.

Sobre a segregação mencionada por Haas (2024), observa-se que muitos espaços, apesar de aparentemente se configurarem como sendo de inclusão, excluem esses/as alunos/as da EJA na rede regular de ensino, a exemplo de escolas em que são matriculadas apenas pessoas com o mesmo tipo de deficiência, como deficientes visuais e auditivos.

Em consonância com as reflexões de Haas, o estudo de Cabral, Bianchini e Gonçalves (2018) analisa a ainda recente aproximação entre a Educação Especial e a EJA no contexto brasileiro, ressaltando que persistem desafios relacionados à organização dos sistemas de ensino, às práticas pedagógicas e à efetivação dos princípios da inclusão. Os autores destacam

que a ampliação do acesso não garante, por si só, a participação e a aprendizagem dos/as estudantes público-alvo da Educação Especial, tornando necessária a construção de ações pedagógicas que considerem suas trajetórias escolares, experiências de vida e necessidades específicas. Nessa perspectiva, torna-se fundamental que a presença desses/as estudantes na EJA não reproduza processos históricos de segregação que marcaram a Educação Especial, caracterizados pela institucionalização em espaços separados e pela negação da convivência com a diversidade.

Esse cenário exige a superação de concepções assistencialistas que, historicamente, atravessaram tanto a Educação Especial quanto a EJA, reafirmando a educação como um direito social fundamental. Assim, reconhece-se o papel da escola como espaço de produção e socialização do conhecimento, capaz de promover a inclusão, ampliar oportunidades e contribuir para a transformação das condições de vida dos sujeitos historicamente excluídos dos processos educacionais.

Acerca de articulação pedagógica, o artigo de Olga Mara Bueno e Rita de Cássia da Silva Oliveira (2019) analisa como práticas inclusivas na EJA promovem o amadurecimento e a autonomia de adultos com deficiência intelectual, fundamentando-se na Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky. A pesquisa conclui que o ambiente escolar atua como compensação social, permitindo a superação de modelos pedagógicos infantilizados e o desenvolvimento de funções psicológicas superiores. Já em artigo publicado em 2024, as autoras apontam as dificuldades e contradições na transição das diretrizes de Educação Especial, historicamente pensadas para crianças e adolescentes, quando aplicadas à realidade de jovens, adultos e idosos trabalhadores com deficiência.

Seguindo a linha de pensamento de Bueno e Oliveira (2019), a publicação de Araújo (2021) defende a reestruturação curricular inclusiva na EJA, focando no currículo funcional natural e no letramento prático, superando conteúdos mecânicos ou infantilizados. O ensino visa a autonomia, a independência social e a emancipação do sujeito com deficiência, priorizando metodologias de curto prazo que atendam às necessidades imediatas de inserção social e mercado de trabalho.

A dupla exclusão e a falta de preparo estrutural na modalidade são assuntos abordados nas publicações de Lopes e Lino (2021) e de Bueno e Oliveira (2024). A dupla exclusão seria a sobreposição de vulnerabilidades sofridas pelo público-alvo da educação especial na EJA, sujeitos que historicamente foram marginalizados do ensino regular na idade certa e que, ao retornarem à escola na idade adulta, enfrentam uma instituição escolar ainda despreparada em

termos curriculares e metodológicos para acolher suas especificidades. A falta de preparo estaria relacionada a fatores como financiamento e desvalorização da modalidade. A EJA já lida estruturalmente com desafios de desinvestimento e diminuição de matrículas, o que agrava a escassez de recursos financeiros voltados especificamente à acessibilidade e contratação de profissionais de apoio pedagógico especialmente para essa modalidade.

Dentre os artigos selecionados, a publicação de Gomes *et al.* (2024) investiga, igualmente, um recorte das publicações relacionadas a AEE na EJA sendo que no período compreendido entre 2018 e 2023. Em sua análise, as autoras destacam que “os resultados evidenciam que as pesquisas que contemplam o AEE na EJA são incipientes, pouco materializadas e realizadas de forma genérica, ou seja, o estudante frequenta o AEE de forma substitutiva à sala de aula comum” (Gomes *et al.*, 2024, p. 2). Deste modo, observa-se que, com frequência, o atendimento educacional na EJA tem sido mostrado na mesma configuração, sempre com características semelhantes encontradas na maioria das publicações pesquisadas no que se refere à escassez, à pouca efetividade e a sua fragmentação.

A publicação de Brito e Silva (2021) aponta para a necessidade de políticas públicas e formação unificada - EJA, Educação inclusiva e Formação docente - que abordem a complexidade dos/as estudantes para uma inclusão efetiva. A pesquisa analisou a necessidade de um trabalho realizado em conjunto, considerando a tríade proposta, que resulte em mais estudos, pesquisas e produções científicas que contribuam para a eficácia desse processo. Assim, urge que todos os profissionais envolvidos. Psicólogo, psicopedagogos, professor, acompanhante terapêutico (AT) e profissional de apoio escolar (PAE) estejam alinhados, objetivando fomentar a inclusão de jovens e adultos com deficiência na EJA.

Por fim, o artigo de Luiz, Teixeira e Oliveira-Silva (2021) aponta lacunas entre garantias legais e a realidade prática do AEE na EJA, mesmo diante da implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) em 2007 e da Política Nacional de Educação Especial (PNEE) na perspectiva inclusiva em 2008, quando houve um aumento significativo no número de matrículas do público-alvo da Educação Especial na EJA. O contr turno do AEE para trabalhadores, a escassez de recursos físicos e profissionais no período noturno e a falha na articulação pedagógica entre o ensino regular e o especializado são, de acordo com os autores, barreiras que limitam a eficácia da inclusão.

As publicações analisadas refletem que os principais desafios para a integração entre a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), na perspectiva da educação inclusiva, estão relacionados ao distanciamento entre as políticas públicas e as práticas

pedagógicas efetivamente desenvolvidas nas instituições de ensino. Os estudos também apontam a necessidade de revisão de práticas que infantilizam os/as estudantes adultos/as com deficiência, comprometendo seu desenvolvimento, sua autonomia e o reconhecimento de suas trajetórias de vida. Esse cenário revela a urgência de superar concepções assistencialistas e processos de invisibilização desses sujeitos, que ainda ocupam posição periférica nas pesquisas, nas políticas educacionais e nas práticas escolares. Nesse contexto, torna-se fundamental investir na reestruturação curricular e na formação docente, de modo a promover a inclusão, a participação social e a qualificação profissional dos/as estudantes adultos/as, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e protagonistas de seus processos educativos.

O análise dos artigos que compõem o recorte da pesquisa permite constatar que a produção científica acerca da educação inclusiva na EJA ainda é limitada, o que demonstra a necessidade de ampliação das pesquisas voltadas para esse campo. Essa escassez sugere que a discussão acadêmica e institucional continua atribuindo visibilidade insuficiente às especificidades e aos desafios vivenciados pelos/as estudantes público-alvo da Educação Especial que frequentam essa modalidade de ensino. Esse cenário revela não apenas lacunas teóricas, mas também fragilidades na formulação de políticas públicas, na organização curricular e na implementação de práticas pedagógicas capazes de responder às demandas desses sujeitos. Além disso, a reduzida atenção conferida à temática contribui para a permanência de processos de exclusão, invisibilização e infantilização que comprometem o acesso, a permanência e o sucesso escolar desses/as estudantes. Diante disso, torna-se fundamental fortalecer a produção do conhecimento, fomentar novas investigações e ampliar o debate sobre a interface entre Educação Especial e EJA, de modo a subsidiar ações e estratégias que promovam uma educação efetivamente inclusiva, equitativa e comprometida com o reconhecimento dos direitos, das potencialidades e das trajetórias de vida dos jovens, adultos e idosos com deficiência.

## **5 RESISTÊNCIAS E POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EJA**

A análise das produções científicas acerca da interface entre Educação Especial (EE) e Educação de Jovens e Adultos (EJA) constata que esse campo ainda ocupa uma posição periférica no cenário educacional brasileiro. Embora as políticas públicas das últimas décadas tenham ampliado o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência e fortalecido os princípios da educação inclusiva, a articulação entre essas duas modalidades permanece

marcada por lacunas teóricas, fragilidades institucionais e reduzida produção acadêmica. Tal invisibilidade contribui para que muitos dos desafios vivenciados pelos/as estudantes público-alvo da Educação Especial na EJA permaneçam pouco problematizados, dificultando a construção de políticas e práticas pedagógicas mais consistentes.

Como demonstrado ao longo desta pesquisa, os estudos publicados entre 2015 e 2025 indicam que a Educação Especial e a EJA continuam sendo investigadas predominantemente de forma separada. Ainda são escassas as pesquisas que analisam os processos de escolarização de jovens, adultos e idosos com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação no contexto da EJA. Essa ausência não constitui apenas uma lacuna acadêmica, mas reflete processos históricos de invisibilização de sujeitos que, ao longo de suas trajetórias, foram sucessivamente excluídos dos espaços educacionais e das agendas de pesquisa.

Nesse sentido, a reflexão de Arroyo (2017) torna-se particularmente relevante. Para o autor, os sujeitos da EJA são marcados por trajetórias de negação de direitos, interrupções escolares, desigualdades econômicas e exclusões sociais. Quando a essas condições somam-se as barreiras associadas à deficiência, os processos de vulnerabilização tornam-se ainda mais intensos. Trata-se, portanto, de sujeitos que ocupam múltiplas posições de marginalização e que frequentemente precisam lutar pelo reconhecimento de sua condição de estudantes e de seu direito de aprender.

Contudo, a história da EJA e da Educação Especial também é uma história de resistências. A permanência desses/as estudantes na escola, muitas vezes após anos de afastamento dos processos formais de escolarização, constitui por si só um ato de resistência diante das inúmeras barreiras impostas pela sociedade. Resistência que se manifesta igualmente no trabalho de professores, pesquisadores, movimentos sociais, familiares e instituições comprometidas com a defesa de uma educação pública, inclusiva e socialmente referenciada.

Sob essa perspectiva, a contribuição de Paulo Freire oferece importantes elementos para compreender as possibilidades de construção de uma educação inclusiva na EJA. Ao defender uma educação fundamentada no diálogo, no respeito aos saberes dos educandos e na valorização das experiências vividas, Freire (2021) rompe com concepções bancárias de ensino e propõe uma prática educativa voltada para a emancipação humana. Para o autor, ninguém educa ninguém isoladamente; os sujeitos educam-se em comunhão, mediados pelo mundo. Essa compreensão permite reconhecer que os/as estudantes público-alvo da Educação

Especial não devem ser definidos por suas limitações, mas por suas potencialidades, histórias, conhecimentos e capacidade de participação ativa na construção do próprio processo educativo. A perspectiva freiriana também contribui para superar visões assistencialistas que historicamente marcaram tanto a Educação Especial quanto a EJA. Durante muito tempo, ambas foram concebidas como espaços destinados à compensação de déficits ou à correção de supostas incapacidades. Em oposição a essa lógica, Freire (2021) defende uma educação baseada no reconhecimento da dignidade humana e na capacidade dos sujeitos de transformar sua realidade por meio do conhecimento. Tal compreensão reforça a necessidade de que os/as estudantes da EJA público-alvo da Educação Especial sejam vistos como protagonistas de seus processos formativos e não como meros receptores de cuidados ou intervenções pedagógicas. Nessa mesma direção, Mantoan (2015) argumenta que a inclusão escolar exige uma profunda transformação da cultura educacional. Para a autora, a escola inclusiva não é aquela que simplesmente admite a presença de estudantes considerados diferentes, mas aquela que se reorganiza para acolher a diversidade como princípio constitutivo do processo educativo. A inclusão, portanto, não consiste em adaptar o estudante à escola, mas em transformar a escola para que ela seja capaz de responder às necessidades, potencialidades e singularidades de todos os seus educandos.

Essa reflexão torna-se especialmente relevante para a EJA, cuja identidade histórica está associada ao reconhecimento das experiências de vida dos/as estudantes. Os jovens, adultos e idosos que retornam à escola trazem consigo saberes construídos no trabalho, na família, na comunidade e nas múltiplas experiências sociais que compõem suas trajetórias. Quando a esses percursos se somam experiências relacionadas à deficiência, torna-se ainda mais necessário desenvolver práticas pedagógicas flexíveis, contextualizadas e sensíveis às diferentes formas de aprender. Como afirma Mantoan (2015), a diversidade não deve ser percebida como obstáculo ao ensino, mas como elemento enriquecedor da experiência educativa.

Entre as possibilidades de fortalecimento dessa interface destaca-se o papel das universidades na formação inicial e continuada de professores. A inclusão de componentes curriculares voltados à relação entre Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e EJA pode contribuir para reduzir o distanciamento entre teoria e prática, além de estimular novas pesquisas sobre a temática. Da mesma forma, projetos de pesquisa, extensão e iniciação científica podem ampliar a visibilidade desse campo e fomentar a produção de conhecimentos capazes de subsidiar políticas públicas mais efetivas.

No contexto escolar, o fortalecimento do trabalho colaborativo entre professores da EJA

e profissionais do AEE constitui uma estratégia fundamental para a construção de práticas inclusivas. Conforme destacam Miranda (2012) e Glat e Pletsch (2012), a articulação entre os diferentes profissionais envolvidos no processo educativo favorece a elaboração de estratégias pedagógicas mais adequadas às necessidades dos/as estudantes, além de ampliar as possibilidades de participação e aprendizagem. Planejamentos coletivos, projetos interdisciplinares, feiras culturais, mostras científicas e atividades que valorizem os conhecimentos produzidos pelos/as estudantes podem contribuir para o fortalecimento dessa cultura colaborativa.

Outro aspecto central refere-se à flexibilização curricular e às formas de avaliação. Uma educação inclusiva na EJA requer currículos que dialoguem com as experiências dos/as estudantes e reconheçam diferentes ritmos, tempos e formas de aprendizagem. Nessa perspectiva, instrumentos como portfólios, registros reflexivos, produções artísticas, exposições, projetos de pesquisa e avaliações processuais podem complementar ou substituir modelos avaliativos centrados exclusivamente na reprodução de conteúdos. Tal concepção aproxima-se da proposta freiriana de valorização da leitura de mundo dos educandos e da defesa de práticas educativas comprometidas com a formação integral dos sujeitos.

Por fim, a construção de uma educação inclusiva na EJA pressupõe compreender a escola como espaço de acolhimento, diálogo, participação e emancipação. O acolhimento permite reconhecer a diversidade dos sujeitos; o diálogo possibilita a escuta de suas histórias e necessidades; e a emancipação reafirma a educação como prática de liberdade. Nessa perspectiva, a articulação entre Educação Especial e EJA ultrapassa o cumprimento de determinações legais e assume um compromisso ético e político com a garantia dos direitos humanos, da justiça social e da dignidade das pessoas historicamente excluídas dos processos educacionais.

Assim, as resistências identificadas ao longo desta pesquisa revelam que, apesar dos desafios ainda existentes, há possibilidades concretas para a consolidação de uma educação inclusiva na EJA. Essas possibilidades passam pela valorização dos sujeitos, pelo fortalecimento das políticas públicas, pela formação docente, pelo trabalho colaborativo e pela construção de práticas pedagógicas inspiradas nos princípios da inclusão e da educação libertadora. Como ensinam Freire (2021) e Mantoan (2015), uma educação verdadeiramente democrática é aquela que reconhece a diversidade humana não como problema a ser corrigido, mas como condição fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo investigar a interface entre a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Especial, temática ainda pouco explorada na produção científica brasileira e frequentemente invisibilizada nas práticas educacionais. Nesse sentido, o mapeamento e a análise dos dez artigos selecionados permitiram identificar recorrências, tendências, lacunas e silenciamentos presentes na produção científica sobre a interface entre a EJA e o AEE. Os resultados demonstraram que ainda são escassas as pesquisas que abordam de forma articulada a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos, revelando uma significativa lacuna teórica e prática no campo educacional.

Observou-se, ainda, que os principais desafios para a efetivação de uma perspectiva inclusiva nessa interface estão relacionados ao distanciamento entre as políticas públicas e as práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições de ensino, bem como à necessidade de superar concepções assistencialistas, processos de infantilização e formas de invisibilização que ainda atingem os/as estudantes público-alvo da Educação Especial na EJA.

A análise realizada permitiu compreender que a construção de uma educação inclusiva na EJA demanda ações articuladas em diferentes níveis. Nesse sentido, destacam-se a necessidade de reestruturação curricular, o fortalecimento da formação inicial e continuada de professores, a ampliação de estudos sobre a temática nos cursos de Pedagogia e licenciaturas específicas, e a consolidação de práticas colaborativas entre docentes da EJA, profissionais do AEE e demais integrantes da comunidade escolar. Essas iniciativas podem contribuir para a construção de ambientes educativos mais sensíveis às especificidades dos sujeitos jovens, adultos e idosos com deficiência, favorecendo sua participação, aprendizagem e desenvolvimento integral.

Além dos desafios identificados, a pesquisa também revelou importantes movimentos de resistência protagonizados por estudantes, professores/as, pesquisadores/as e instituições comprometidos com a defesa do direito à educação inclusiva. Essas experiências demonstram que a transformação das práticas escolares é possível quando fundamentada em princípios de equidade, diálogo, acolhimento e reconhecimento da diversidade humana. Mais do que cumprir determinações legais, a articulação entre EJA e Educação Especial deve ser compreendida como um compromisso ético, político e pedagógico com a dignidade e os direitos dos sujeitos historicamente excluídos dos processos educacionais.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar o debate acadêmico sobre a interface entre Educação Especial e EJA, incentivando novas pesquisas e fortalecendo a

produção de conhecimentos nesse campo. Também se espera que as reflexões aqui apresentadas possam subsidiar práticas pedagógicas e políticas educacionais comprometidas com a efetivação do direito à educação para todos/as. Não se trata apenas de garantir o acesso e a permanência na escola, mas de assegurar condições para que jovens, adultos/as e idosos/as com deficiências sejam reconhecidos/as em suas singularidades, tenham suas trajetórias valorizadas e possam construir percursos educativos marcados pela autonomia, pela participação social e pelo pleno exercício da cidadania.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Charlton Wilton Vasconcelos de. Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Educação Inclusiva/Especial: o que ensinar e para quê ensinar? **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 7, n. 5, p. 136-148, maio 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br>. Acesso em: 26 maio 2026.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno (org.). **Prática pedagógica na educação especial**: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Porto Alegre: Mediação, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIEMBENGUT, Maria Salett. **Mapeamento na pesquisa educacional**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: CNE/CEB, 2000a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: CNE/CEB, 2000b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 68, p. 16, 9 abr. 2025.

BRITO, Rayssa Maria Anselmo de; SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. A interseccionalidade dos estudos da EJA, Educação Inclusiva e Formação Docente: um estado do conhecimento. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 34, p. 1-22, 2021. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X63606> Acesso em: 26 maio 2026.

BUENO, Olga Mara; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Educação de jovens e adultos: desafios à educação inclusiva. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 77, p. 197-208, 2024. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2014.81564> Acesso em: 29 maio 2026.

BUENO, Olga Mara; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. O desenvolvimento adulto do sujeito deficiente intelectual e a relação com a Educação para Jovens e Adultos (EJA): uma análise, a partir da perspectiva docente. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, p. 1-17, 2019. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X30203> Acesso em: 26 maio 2026.

CABRAL, Rosângela Martins; BIANCHINI, Luciane Guimarães Batistella; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Educação especial e educação de jovens e adultos: uma interface em construção? **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 62, p. 587-602, jul./set. 2018. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X30841> Acesso em: 26 maio 2026.

CAIADO, Kátia Regina Moreno; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. **Direito à educação e educação inclusiva**: desafios contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2009.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 58-77, nov. 2001.

FERNANDES, Yrama; CANDAU, Vera. Direitos Humanos, diferenças e educação: desafios para o cotidiano escolar. **Momento - Diálogos Em Educação**, v.31, n. 1, p. 40–56. 2022. Disponível em DOI: <https://doi.org/10.14295/momento.v31i01.13436> Acesso em: 22 abril 2026

FIGUEIREDO, Allan Diêgo Rodrigues; Silva, André Gustavo Ferreira da (2022). Reflexões em torno dos círculos de cultura na perspectiva freireana: um espaço-tempo de comunicar-formar sujeitos sociais. **Comunicação & Educação**, 26(2), 165-178. Disponível em DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v26i2p165-178> Acesso em: 22 abril 2026

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 73. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

GOMES, Robéria Vieira Barreto *et al.* A educação de jovens e adultos e o atendimento educacional especializado: o que dizem as pesquisas (2018 -2023)? **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 13, p. 1-16, 2024. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.13-505> Acesso em: 26 maio 2026.

HAAS, Clarissa. Educação de jovens e adultos e educação especial: a (re) invenção da articulação necessária entre as áreas. **Educação**, Santa Maria, v. 40, n. 2, p. 347-360, maio/ago. 2015. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.5902/198464449038>. Acesso em: 26 maio 2026.

HAAS, Clarissa. A transversalidade da educação especial na educação de jovens e adultos: desafios para a efetiva inclusão escolar. **Momento: Diálogos em Educação**, Rio Grande, v. 33, n. 2, p. 27-55, mai./ago. 2024. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.14295/momento.v33i2.17341> Acesso em: 29 maio 2026.

HAAS, Clarissa; BAPTISTA, Claudio Roberto. Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos: aproximações, desafios e perspectivas. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial> Acesso em: 26 maio 2026

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, maio/ago. 2000. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200007>. Acesso em: 22 abril 2026

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004> . Acesso em: 22 abril 2026

LOPES, Giovana Cerqueira. Educação de jovens e adultos e educação especial no contexto da educação inclusiva: confluências. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [s. l.], ano 06, ed. 05, v. 03, p. 46-72, maio 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/inclusiva-confluencias>. Acesso em: 26 maio 2026

LUIZ, Wesley Oliveira; TEIXEIRA, Ricardo Antônio Gonçalves; OLIVEIRA-SILVA, Iransé. Educação inclusiva: olhares sobre estudantes da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, v. 10, n. 1, p. 180–204, 2021. DOI: 10.21664/2238-8869.2021v10i1.p180-204. Disponível em: <https://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/4733> . Acesso em: 27 maio 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 2. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. Educação Especial e EJA: desafios e possibilidades para a construção de práticas inclusivas. In: JESUS, Denise Meyrelles de *et al.* (org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 120–131

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: ONU, 1948.

PAIVA, Vanilda Pereira. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**. Rio de Janeiro: NAU, 2014.

SOARES, Leôncio José Gomes. Educação de jovens e adultos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 24 ,n. 47, p. 83-100, jun. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração de Salamanca: e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

XAVIER, Cristiane Fernanda. História e historiografia da Educação de Jovens e Adultos no Brasil - inteligibilidades, apagamentos, necessidades, possibilidades. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. e068, 16 jun. 2019. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e068> Acesso em 26 maio 2026.